



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE LETRAS- LÍNGUA PORTUGUESA

ANTÔNIA VITÓRIA FARIAS DIAS
NATASSIA LIMA DA COSTA

**O IMPACTO DA RESTRIÇÃO DO USO DO CELULAR NAS REDES PÚBLICAS DE
ENSINO: REFLEXÕES SOBRE A ESCASSEZ DE RECURSOS PARA PRÁTICAS
DE LEITURA E PESQUISA**

ABAETETUBA/PA

2025

ANTÔNIA VITÓRIA FARIAS DIAS
NATASSIA LIMA DA COSTA

**O IMPACTO DA PROIBIÇÃO DO USO DO CELULAR NAS REDES PÚBLICAS DE
ENSINO: REFLEXÕES SOBRE A ESCASSEZ DE RECURSOS PARA PRÁTICAS
DE LEITURA E PESQUISA**

Trabalho apresentado ao Curso de Letras da
Universidade Federal do Pará como requisito parcial para
a obtenção do grau de licenciatura em Língua Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Antônio Bruno Cavalcante Ferreira.

ABAETETUBA/PA

2025

ANTÔNIA VITÓRIA FARIAS DIAS
NATASSIA LIMA DA COSTA

**O IMPACTO DA PROIBIÇÃO DO USO DO CELULAR NAS REDES PÚBLICAS DE
ENSINO: REFLEXÕES SOBRE A ESCASSEZ DE RECURSOS PARA PRÁTICAS
DE LEITURA E PESQUISA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de título
de graduação, da Universidade Federal do
Pará- UFPA. Do curso Licenciatura em Letras.

Orientador: Profº. Drº: Brunno Ferreira

DATA DA APROVAÇÃO:

BANCA EXAMINADORA:

Membro Titulação Instituição

Membro Titulação Instituição

Membro Titulação Instituição

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo
Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D541i Dias, Antônia.

O impacto da restrição do uso do celular nas redes públicas de ensino:
reflexões sobre a escassez de recursos para práticas de leitura e pesquisa /
Antônia Dias, Natassia Costa. _ 2025.
25 f.

Orientador: Prof°. Dr. Antônio Bruno Cavalcante Ferreira
Trabalho de Conclusão (Graduação)- Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua Portuguesa, Abaetetuba,
2025.

1.Celular na educação. 2. Leitura, 3. Práticas pedagógicas, 4. Recursos
tecnológicos na escola. I. Costa, Natassia. II. Título.

CDD 370

RESUMO

O presente trabalho discute o impacto da restrição do uso do celular nas redes públicas de ensino, com foco nas implicações para as práticas de leitura e pesquisa em sala de aula. A pesquisa parte da compreensão de que o celular, embora frequentemente associado à distração, pode assumir um papel pedagógico relevante quando orientado de forma adequada. A proibição, em muitos contextos escolares, evidencia a carência de recursos didáticos e tecnológicos disponíveis para os estudantes, o que limita as possibilidades de acesso a informações atualizadas e de desenvolvimento de habilidades de leitura crítica e autônoma. O estudo busca refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores diante dessa realidade, considerando tanto os argumentos que sustentam a restrição quanto as demandas de uma educação voltada para a formação de sujeitos críticos e preparados para o mundo digital. Para tanto, a análise apoia-se em referenciais teóricos da área da educação e em pesquisas que discutem o uso de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Espera-se, assim, contribuir para a reflexão sobre a necessidade de um equilíbrio entre disciplina escolar e inovação pedagógica, destacando o potencial do celular como recurso acessível e próximo da realidade dos estudantes.

Palavras-chave: 1. Educação, 2. Celular em sala de aula, 3. Práticas de leitura, 4. Recursos tecnológicos, 5. Ensino público.

ABSTRACT

This paper discusses the impact of restricting cell phone use in public school systems, focusing on the implications for reading and research practices in the classroom. The study begins with the understanding that, although cell phones are often associated with distraction, they can play a relevant pedagogical role when properly guided. In many school contexts, prohibition highlights the lack of available didactic and technological resources for students, which limits access to updated information and the development of critical and autonomous reading skills. The study seeks to reflect on the challenges faced by teachers in this reality, considering both the arguments supporting restriction and the demands of an education aimed at forming critical individuals prepared for the digital world. To this end, the analysis is based on theoretical frameworks in the field of education and on research discussing the use of technology in the teaching-learning process. It is hoped that this work will contribute to reflections on the need for balance between school discipline and pedagogical innovation, highlighting the potential of cell phones as accessible resources closely connected to students' realities.

Keywords: Education, 2. Cell phones in the classroom, 3. Reading practices, 4. Technological resources, 5. Public education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CAPÍTULO I – OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 A TECNOLOGIA EM SALA DE AULA	14
3.2 O USO DO CELULAR	16
4 METODOLOGIA	20
5 A PROIBIÇÃO SOBRE O USO DO CELULAR EM SALA DE AULA: ALGUMAS REFLEXÕES	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
7 REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

O mundo atualmente vive em contato direto com a modernidade tecnológica, a qual se faz presente em várias áreas de conhecimentos, a exemplo de trabalhos audiovisuais, streamings, vídeo aulas etc. Através dessa tecnologia, a sociedade foi então alcançando resultados positivos sobre a funcionalidade digital, ao que se diz respeito, pode-se lembrar o momento da pandemia no ano de 2020, onde em extrema necessidade de não poder estar em locais públicos, nem mesmo em reuniões familiares, recorreu-se ao mundo digital para amenizar este momento delicado através do uso da rede de internet em celulares e demais dispositivos eletrônicos, assim foi possível atenuar o afastamento, e obter importantes notícias do mundo sobre a pandemia.

Adiante, fez-se o uso total desse método para que os estudantes continuassem a receber aulas remotas, a fim de proceder com o ensino e aprendizagem, fosse em escolas públicas, particulares e até mesmo nas universidades, em escala global, a internet foi um enorme aliado no momento pandêmico em que o mundo viveu.

A partir da ideia de tecnologia e sua função moderna em sociedade, este estudo se baseia em como a lei de retirada do uso de celulares nas redes públicas de ensino, pode culminar em uma maior falta de recursos em manejos de leituras e pesquisas, pois é muito comum que as escolas da rede públicas em sua maioria não haver métodos de pesquisas como salas computadorizados disponíveis para o acesso dos alunos, impossibilitando que eles possam recorrer a um suporte tecnológico para acrescentar em seus trabalhos em sala de aula.

Nas últimas décadas, o avanço acelerado das tecnologias digitais transformou de maneira profunda as relações humanas, a comunicação e os processos de ensino e aprendizagem. O celular, inicialmente concebido como um simples instrumento de comunicação, evoluiu para um dispositivo multifuncional que concentra inúmeras possibilidades educativas: acesso à internet, leitura de textos digitais, produção de conteúdo, gravação de vídeos e áudios, tradução instantânea, entre outras ferramentas que favorecem o aprendizado e a autonomia do estudante. Essa expansão tecnológica, entretanto, tem gerado um intenso debate no âmbito educacional, especialmente nas escolas públicas brasileiras, onde o uso do celular é

frequentemente visto com desconfiança e, em muitos casos, proibido por lei ou por normas institucionais. O presente trabalho busca compreender e refletir sobre o impacto dessa proibição do uso do celular nas redes públicas de ensino, com especial atenção às consequências que tal restrição traz para as práticas de leitura e pesquisa em contextos marcados pela escassez de recursos didáticos e tecnológicos.

A realidade do ensino público brasileiro é marcada por desigualdades estruturais históricas que se manifestam na falta de infraestrutura adequada, na carência de materiais pedagógicos e na insuficiência de recursos tecnológicos capazes de acompanhar as transformações digitais do mundo contemporâneo. Em muitas escolas, o acesso à internet ainda é limitado ou inexistente; bibliotecas encontram-se desatualizadas e com acervos reduzidos; e os laboratórios de informática, quando existem, são insuficientes para atender à demanda de todos os alunos. Diante desse cenário, o celular poderia representar uma alternativa viável para suprir parte dessas deficiências, funcionando como uma ferramenta de inclusão digital, de estímulo à leitura e de ampliação das oportunidades de pesquisa. No entanto, ao ser proibido em nome da disciplina ou da concentração dos alunos, esse potencial acaba sendo negligenciado, o que suscita questionamentos sobre a coerência e a eficácia das políticas educacionais que regem o uso das tecnologias em sala de aula.

É necessário compreender que a escola é, antes de tudo, um espaço de construção do conhecimento, de formação cidadã e de desenvolvimento crítico. Nesse sentido, a proibição absoluta do uso do celular pode representar uma contradição em relação ao papel da educação no século XXI, que deveria estar voltada à formação de sujeitos capazes de lidar com as novas linguagens e demandas do mundo digital. O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatizam a importância do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) como instrumentos para promover a autonomia, a criticidade e a aprendizagem significativa. Assim, restringir o acesso a uma das ferramentas tecnológicas mais acessíveis aos estudantes, o celular pode significar reforçar barreiras sociais e culturais, ampliando ainda mais as desigualdades entre o ensino público e o privado.

Além disso, é fundamental considerar que o uso do celular no ambiente escolar não deve ser tratado como uma questão meramente disciplinar, mas como um desafio pedagógico e formativo. A tecnologia, quando bem orientada e integrada aos objetivos

educacionais, pode se tornar uma grande aliada no processo de ensino e aprendizagem. O problema, portanto, não está no dispositivo em si, mas na forma como ele é incorporado às práticas pedagógicas. O professor, enquanto mediador do conhecimento, pode transformar o celular em um recurso de apoio para leitura de obras literárias, pesquisa de temas trabalhados em aula, realização de atividades interativas e acesso a plataformas de aprendizagem. Assim, a tecnologia se torna uma ponte entre o aluno e o conhecimento, e não um obstáculo.

Por outro lado, é importante reconhecer que a resistência ao uso do celular nas escolas também reflete preocupações legítimas. Muitos educadores temem a dispersão dos alunos, o uso inadequado das redes sociais e o acesso a conteúdo impróprios durante as aulas. Contudo, tais problemas não se resolvem com a simples proibição, mas sim com a educação digital crítica, que ensine os estudantes a fazerem uso consciente, ético e produtivo da tecnologia. Conforme defende Paulo Freire (1996), a educação deve ser um ato libertador e reflexivo, e não de mera imposição de regras. Nesse sentido, proibir o celular sem oferecer alternativas de aprendizagem mediadas pela tecnologia é negar ao aluno o direito de participar ativamente da cultura digital que o cerca.

A exclusão do celular como ferramenta pedagógica também levanta reflexões sobre o direito à igualdade de acesso ao conhecimento. Em contextos nos quais o livro físico, os computadores e outros recursos educacionais são escassos, o celular pode ser a única forma de o estudante ter contato com textos, artigos, obras literárias e materiais de pesquisa. Essa realidade evidencia a necessidade de repensar as políticas públicas e práticas escolares que, ao invés de integrar a tecnologia ao processo de ensino, optam por restringi-la. Como afirmam Moran (2015) e Kenski (2012), as tecnologias não substituem o papel do professor, mas ampliam suas possibilidades de atuação, promovendo metodologias mais interativas, dinâmicas e voltadas à realidade do aluno.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o impacto da proibição do uso do celular nas redes públicas de ensino, refletindo sobre as implicações dessa medida para o desenvolvimento de práticas de leitura e pesquisa em um contexto de carência de recursos pedagógicos. A partir de uma abordagem crítica e reflexiva, busca-se compreender até que ponto a proibição pode contribuir para a manutenção de um modelo educacional tradicional, desconectado das transformações tecnológicas e culturais da atualidade, e como essa medida pode

afetar o processo formativo dos estudantes. Serão discutidas as dimensões pedagógicas, políticas e sociais do uso do celular, bem como estratégias e propostas que visam sua integração consciente e responsável no ambiente escolar.

Em síntese, compreender o impacto da proibição do celular nas escolas públicas é refletir sobre o próprio papel da educação no século XXI. Trata-se de reconhecer que a tecnologia, longe de ser um inimigo do aprendizado, pode se tornar uma aliada poderosa quando utilizada de forma crítica e intencional. Mais do que discutir a permissão ou proibição, é preciso repensar como a escola pode incorporar o celular em suas práticas de ensino, especialmente em realidades nas quais ele representa o principal, e às vezes o único meio de acesso à leitura, à pesquisa e ao conhecimento. Assim, a discussão proposta neste trabalho não se limita ao uso de um aparelho eletrônico, mas abrange uma questão muito mais ampla: a democratização do saber e a busca por uma educação pública mais justa, inovadora e inclusiva.

2. CAPÍTULO I – OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Mediante ao tema deste trabalho, pontuando o impacto da restrição do uso do celular em sala de aula, recorre-se as lacunas diante da lei aplicada para este feito, pois apresenta-se que foi um contexto abordado afim de beneficiar a saúde mental do aluno, e que haja maior concentração nos assuntos abordados pelos professores, nesse contexto foi somente pensado em partes a necessidade real dos estudantes, e não o abrangente da situação. Nesse sentido, outras demandas também de suma importância para o sucesso estudantil nas escolas foram ignoradas, de forma a não se pensar no todo do que o aluno necessita para um bom resultado em sala de aula. Leva-se em consideração que o uso indiscriminado do celular apresenta total despreparo e o mínimo de desempenho de um aluno dentro do ambiente escolar, diante dessa problemática, trabalhamos que esse suporte tecnológico seja somente utilizado para fins de leituras e pesquisas, e para isto, trabalhos como este precisam ser debatidos e considerados em cunho social e político.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICO

Este trabalho pretende investigar como a proibição do uso do celular nas escolas públicas pode afetar negativamente o acesso a recursos de leitura e pesquisa por parte dos estudantes, especificamente em contextos em que há escassez de materiais físicos e tecnológicos alternativos. Analisar os impactos da proibição do uso do celular em sala de aula na realização de práticas de leitura e pesquisa, contextualizando, percebe-se que em sua maioria as escolas públicas têm uma enorme carência em recursos básicos para promover um ensino mais amplo e de qualidade, haja vista do desprovimento de bibliotecas a computadores, diante dessa falta em recursos de apoio para práticas de ensino, visamos compreender os impactos da lei sejam eles positivos ou negativos.

Com o vigor da nova lei de restrição do uso de celulares em sala de aula vem com o intuito de evitar distrações, no entanto, tal medida pode ignorar a realidade de que, para muitos estudantes, o celular é a principal ferramenta de apoio em leituras de textos digitais e realização de pesquisas através do acesso à internet. Neste contexto, torna-se relevante refletir sobre as implicações dessa proibição, considerando a falta de infraestrutura nas instituições públicas e a importância de práticas pedagógicas que incentivem o uso crítico e produtivo da tecnologia.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Refletir sobre a proibição do uso do celular em sala de aula implica compreender o papel da tecnologia na educação e como sua ausência pode intensificar desafios já existentes, como a limitação de recursos voltados à leitura e à pesquisa. Em uma sociedade marcada pela presença constante da era digital, restringir o acesso a ferramentas tecnológicas, sem que se ofereçam alternativas pedagógicas equivalentes, contribui para aprofundar desigualdades e distancia a escola das práticas e linguagens contemporâneas dos estudantes.

Lévy, (1999, P.17) argumenta que as tecnologias digitais transformam as formas de acesso ao conhecimento e ampliam as possibilidades de interação e colaboração no processo de aprendizagem. Para ele, esses recursos não substituem a construção do saber, mas a potencializam, tornando-a mais dinâmica e participativa. Nas palavras do autor, exigindo da escola um olhar mais atento às novas formas de cognição e produção de sentido, dessa maneira o mesmo, ainda ressalta, que; as tecnologias intelectuais, modificam as condições de acesso, de tratamento e de transmissão da informação.

Partindo de uma perspectiva crítica, onde Freire defende que a educação precisa partir da realidade dos educandos, dialogando com o contexto no qual estão inseridos. Ao excluir um recurso cotidiano, como o celular, a escola corre o risco de reforçar práticas descontextualizadas, que pouco contribuem para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica dos alunos. Lembra o autor. Assim, é papel da escola ressignificar o uso das tecnologias digitais, criando espaços que favoreçam a participação ativa e o protagonismo estudantil, Portanto, Freire (1996, P. 47), afirma, que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou reconstrução.

Portanto, Moran (2015, P. 15); complementa essa discussão ao destacar que a presença das tecnologias em sala de aula pode favorecer metodologias ativas e mais envolventes, desde que sejam utilizadas com planejamento e intencionalidade. Permitindo que a aprendizagem vá além da memorização e se torne um processo colaborativo, investigativo e conectado com a realidade. Ainda reafirma, que, a tecnologia nos desafia a repensar os espaços, os tempos e os papéis dos professores e alunos na sala de aula.

Na mesma direção, Kenski, 2012 chama atenção para o fato de que os meios digitais já fazem parte do cotidiano dos alunos e não podem ser ignorados pelo ambiente escolar. Para ela, a tecnologia não deve ser entendida apenas como suporte, mas como componente essencial do processo de ensinar e aprender. Ignorar essas ferramentas representa, portanto, um distanciamento da escola em relação à cultura digital que forma e informa as novas gerações, e ainda ressalta que, as tecnologias digitais, devem ser consideradas nas práticas pedagógicas como instrumentos que possibilitam novas formas de ensinar e aprender.

Frente a essas reflexões, torna-se evidente que a simples proibição do uso do celular no âmbito escolar não resolve os problemas de atenção, disciplina ou engajamento. Ao contrário, pode representar um retrocesso pedagógico, ao restringir o acesso a ferramentas que, se bem utilizadas, têm grande potencial para enriquecer as experiências de leitura, pesquisa e construção do conhecimento. Como afirma Freire (1996, p. 79), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. Recusar o uso do celular em contextos educativos é, também, recusar os saberes que os alunos trazem de seus mundos e de suas práticas digitais.

Portanto, mais do que impedir o uso dessas tecnologias, é urgente repensar como integrá-las criticamente ao processo educacional. Essa tarefa exige formação docente continuada, abertura institucional à inovação e um compromisso com práticas pedagógicas mais inclusivas, que considerem os celulares não como obstáculos, mas como aliados no enfrentamento das limitações estruturais da escola pública e na aproximação do ensino com a vida real dos estudantes.

Diante dessas perspectivas, observa-se que a simples proibição do celular em sala de aula não resolve os problemas educacionais relacionados à indisciplina ou à falta de foco. Pelo contrário, pode limitar a inserção dos alunos em práticas de leitura e pesquisa mediadas por tecnologias que já fazem parte de seu cotidiano. Assim, mais do que restringir, torna-se necessário repensar formas de integrar esses recursos ao processo de ensino-aprendizagem, transformando-os em aliados no enfrentamento das dificuldades estruturais e pedagógicas da escola.

É possível recorrer a estudos e métodos de inserir o celular somente para o foco de leitura e pesquisas, tendo em vista o que já foi citado neste trabalho, que o uso indiscriminado do celular prejudica o desempenho total do aluno, porém, usar como ferramenta de cunho pedagógico, pode ser extremamente compensatório para todo o espaço escolar, dessa forma estudos como este desencadeiam um debate

crucial para entender a melhor forma de inserir o celular nas escolas como um aliado de ensino e aprendizagem

3.1 PRÁTICAS DE LEITURA E PESQUISA NA ERA DIGITAL

Na era digital, a leitura e a pesquisa deixaram de ser atividades exclusivamente associadas ao papel, à linearidade e ao espaço escolar tradicional. A multiplicidade de suportes, formatos e linguagens ampliou significativamente o acesso à informação, mas também impôs desafios à forma como se produz e se compartilha o conhecimento. Nesse novo contexto, os sujeitos são chamados a desenvolver competências que envolvem não apenas a habilidade de localizar dados, mas também de avaliá-los criticamente, interpretá-los e usá-los com responsabilidade.

A leitura passou a ser marcada pela hipertextualidade, fragmentação e pela navegação entre múltiplas fontes. Isso exige do leitor uma postura ativa e crítica, capaz de lidar com a velocidade e a fluidez da informação digital. Para Lévy (1999), essa nova configuração cultural, chamada de cibercultura, redefine o modo como se aprende e se pensa o conhecimento. Evidenciando que a construção do saber se dá, cada vez mais, em rede e de forma colaborativa. O autor afirma que a cibercultura é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Por sua vez, Kenski (2012) enfatiza que as tecnologias, quando bem integradas ao ambiente educacional, têm o potencial de transformar as práticas pedagógicas e promover maior autonomia intelectual. A autora ressalta:

“As tecnologias, por si sós, não mudam a educação, pois dependem das formas como são utilizadas. Quando incorporadas de forma crítica e consciente às atividades educacionais, elas podem contribuir para ampliar a autonomia dos sujeitos, favorecer a construção coletiva do saber e potencializar o desenvolvimento de competências voltadas para o pensamento crítico, reflexivo e ético.” (KENSKI, 2012, p. 45)

Essa afirmação reforça a ideia de que não se trata apenas de incluir ferramentas digitais nas rotinas escolares, mas de desenvolver metodologias que estimulem a reflexão, a autoria e a análise crítica diante do excesso de informações disponíveis.

Portanto, as práticas de leitura e pesquisa na era digital não podem se limitar ao uso de ferramentas tecnológicas. Elas exigem uma mudança de postura frente ao conhecimento, em que autonomia, criticidade e responsabilidade tornam-se elementos centrais. Cabe à escola e aos educadores promover espaços de aprendizagem que valorizem a investigação, a autoria e o pensamento reflexivo, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de navegar com discernimento no vasto e complexo universo informacional contemporâneo.

Dessa forma, pode-se afirmar que as práticas de leitura e pesquisa na era digital vão além do simples uso de tecnologias. Elas implicam uma nova postura frente ao conhecimento, baseada na criticidade, na autonomia e na responsabilidade ética. Preparar os sujeitos para essa realidade é um dos grandes desafios da educação contemporânea, que deve assumir o compromisso de formar cidadãos capazes de atuar de maneira consciente e transformadora no mundo digital.

Com base nas reflexões teóricas apresentadas, torna-se evidente que as práticas de leitura e pesquisa na era digital não podem ser analisadas apenas a partir do uso instrumental das tecnologias. As pesquisadoras deste trabalho reconhecem que o verdadeiro desafio da escola contemporânea está em mediar o uso dessas ferramentas de forma crítica e significativa, promovendo o desenvolvimento de competências que ultrapassem a simples navegação em ambientes virtuais. Nesse contexto, não basta introduzir recursos tecnológicos em sala de aula; é necessário repensar os objetivos pedagógicos e as estratégias de ensino, de modo a integrar as tecnologias ao processo de aprendizagem de forma ética, reflexiva e autônoma.

A observação do cotidiano escolar, aliada à experiência prática da autora, revela que muitos estudantes, embora conectados, ainda encontram dificuldades em realizar pesquisas aprofundadas e leituras críticas. O acesso à informação, por si só, não garante a construção do conhecimento. É preciso que o aluno seja orientado a compreender o valor das fontes, a distinguir conteúdos confiáveis de informações duvidosas e a articular o que lê com sua realidade. Essa formação crítica não ocorre de forma espontânea; ela demanda uma ação intencional do professor e uma proposta pedagógica que dialogue com a realidade digital dos estudantes.

Outro ponto observado é a resistência, ainda presente em alguns ambientes escolares, quanto ao uso de dispositivos móveis, como celulares, no contexto das atividades de leitura e pesquisa. Essa postura, muitas vezes baseada no receio da dispersão ou da indisciplina, acaba por afastar a escola das práticas informacionais

cotidianas dos alunos. Assim, restringe-se o potencial que essas ferramentas poderiam ter no estímulo à curiosidade investigativa e na ampliação do repertório cultural dos jovens.

Considerando isso, entende que a escola precisa assumir um papel formador diante das práticas digitais. Não se trata apenas de permitir o uso da tecnologia, mas de ensinar a usá-la com consciência e responsabilidade. Isso implica integrar metodologias que promovam a autoria, o pensamento crítico e o trabalho colaborativo, aspectos fundamentais para a formação de sujeitos capazes de atuar com discernimento em meio ao excesso de informações e à velocidade das redes digitais.

Além disso, ao refletir sobre a trajetória como estudantes, e que sua relação com a leitura se transformou profundamente a partir do contato com ambientes digitais. Ferramentas como repositórios online, bibliotecas virtuais, podcasts e vídeos educativos ampliam possibilidades de aprender e de explorar temas com mais profundidade. No entanto, essa mesma experiência também evidenciou a necessidade de filtrar conteúdos e de manter um olhar criterioso frente à avalanche de dados disponíveis. Por isso, ressaltar que o papel da educação, nesse cenário, é o de fortalecer a formação de leitores e pesquisadores que não apenas consumam informações, mas que saibam problematizá-las, questioná-las e reconstruí-las de forma significativa.

Em síntese, o avanço das tecnologias impõe à escola e aos educadores um novo posicionamento diante das práticas de leitura e pesquisa. Cabe à instituição escolar oferecer os meios, mas também formar sujeitos preparados para atuar com criatividade nesse novo ecossistema informacional. Este trabalho acredita que, ao promover uma educação voltada à autonomia, à análise e à reflexão, a escola cumpre seu papel fundamental na sociedade digital: formar cidadãos conscientes, éticos e comprometidos com a construção coletiva do saber.

3.2 A TECNOLOGIA EM SALA DE AULA (O USO DO CELULAR)

A presença das tecnologias digitais na sociedade contemporânea transformou profundamente as formas de comunicação, interação e aprendizagem. Nesse contexto, o celular ocupa um espaço de destaque, não apenas como ferramenta de socialização, mas também como recurso que pode ser incorporado ao ambiente escolar. A escola, por sua vez, não pode se manter alheia a essas mudanças, uma

vez que os estudantes já chegam à sala de aula familiarizados com diferentes funcionalidades desses dispositivos.

O celular, quando utilizado de maneira orientada e crítica, pode contribuir para a ampliação das práticas de leitura e pesquisa, favorecendo o acesso às informações em tempo real e estimulando a autonomia dos aprendizes. Para Moran (2015, p. 24), “as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de ensinar e aprender, ao permitirem acesso a múltiplas linguagens e recursos, em qualquer tempo e lugar”. Assim, o uso pedagógico do celular pode aproximar o conteúdo escolar do cotidiano dos estudantes.

Além disso, sua versatilidade permite que seja utilizado em atividades interativas, como a busca por textos literários, o acompanhamento de notícias, a produção de registros escritos e audiovisuais, entre outras possibilidades que dialogam com o universo dos alunos. De acordo com Kenski (2012, p. 47), “as tecnologias não são apenas instrumentos, mas práticas sociais que reconfiguram as formas de aprender e ensinar”. Nesse sentido, o celular, como uma das tecnologias mais presentes no cotidiano, pode desempenhar papel fundamental na construção de aprendizagens significativas.

Entretanto, o uso desse recurso também suscita desafios. A ausência de regras claras ou de mediação pedagógica pode transformar o celular em fonte de distração, comprometendo a concentração e dificultando o desenvolvimento de atividades escolares. Sobre isso, Lévy (1999, p. 158) ressalta que “as tecnologias digitais não substituem a mediação humana, mas exigem novas formas de orientação e acompanhamento”. Isso reforça a necessidade de uma postura crítica diante do uso do celular em sala de aula.

Assim, o debate em torno do uso do celular deve ser compreendido a partir de uma perspectiva crítica, que reconheça tanto os riscos quanto os potenciais desse recurso. Mais do que proibir ou permitir indiscriminadamente, o papel da escola é criar condições para que o celular seja incorporado como ferramenta pedagógica, em consonância com os objetivos de aprendizagem e com a realidade dos estudantes. Entretanto, para que o uso do celular em sala de aula seja produtivo, é necessário planejamento e intencionalidade pedagógica. O simples fato de permitir o uso do dispositivo não garante aprendizado significativo. Cabe à escola estabelecer diretrizes claras e aos professores refletirem sobre como transformar o celular em aliado do

processo educativo, promovendo atividades que incentivem a investigação, a produção de conhecimento e o uso responsável da tecnologia.

Dessa forma, o uso do celular em sala de aula deve ser compreendido não como um obstáculo, mas como uma oportunidade para repensar os métodos de ensino, promovendo uma aprendizagem mais significativa, contextualizada e colaborativa. Cabe ao educador o papel de orientar esse processo, promovendo uma relação crítica, ética e criativa com as tecnologias, em favor da construção do conhecimento e da formação cidadã.

Dando continuidade às reflexões sobre os impactos da era digital na educação, consideramos fundamental discutir a presença do celular como ferramenta pedagógica em sala de aula. As experiências práticas, aliada às observações realizadas no contexto escolar, revela que o celular, quando bem orientado, pode assumir um papel significativo no processo de ensino-aprendizagem, especialmente nas práticas de leitura e pesquisa.

Durante muito tempo, o celular foi visto como um inimigo da atenção e da disciplina escolar. Muitos espaços educativos optaram por sua proibição total, ignorando seu potencial como mediador do conhecimento. No entanto, essa visão tem sido gradualmente revista à medida que se compreende que a tecnologia, por si só, não é nem positiva nem negativa; o que define seu valor é a forma como ela é utilizada. Entende-se que o desafio da escola contemporânea não está em excluir o celular do ambiente pedagógico, mas em desenvolver estratégias para integrá-lo de maneira crítica, ética e produtiva.

As vivências acarretadas durante a pesquisa e que os estudantes, em sua maioria, já possuem familiaridade com o uso do celular como ferramenta de comunicação e entretenimento. No entanto, nem todos sabem como utilizá-lo como recurso de aprendizagem. Nesse sentido, cabe ao educador o papel de orientar esse uso, apresentando aplicativos, plataformas e metodologias que ampliem o acesso à leitura, à pesquisa e ao conhecimento científico. Assim, o celular deixa de ser apenas um instrumento de distração e passa a ser intermédio entre os conteúdos escolares e o universo digital em que os alunos estão inseridos.

Diante desse processo, destaca-se ainda que o uso pedagógico do celular requer planejamento e intencionalidade. Não se trata de permitir o uso irrestrito, mas de criar situações de aprendizagem que façam sentido para os estudantes e estejam alinhadas aos objetivos educacionais. A partir da sua experiência, ela observa que

atividades como pesquisas orientadas, produção de conteúdo digital, uso de dicionários online, leitura de e-books e participação em fóruns ou grupos de discussão são exemplos concretos de como o celular pode enriquecer o processo de ensino.

Outro aspecto importante ressaltado é a necessidade de formação docente. Muitos professores ainda se sentem inseguros diante das tecnologias, seja por falta de domínio técnico, seja por resistência a mudanças metodológicas. Acredita que a escola precisa investir na capacitação contínua dos educadores, para que possam explorar todo o potencial das ferramentas digitais sem renunciar ao senso crítico e da mediação pedagógica. Afinal, é o professor quem conduz o uso da tecnologia, e não o contrário.

Além disso, compreende que a integração do celular às práticas escolares deve ser acompanhada por um diálogo constante sobre ética digital, uso responsável da internet, direitos autorais, cyberbullying e privacidade. Ensinar os estudantes a utilizarem o celular com responsabilidade também é uma forma de educá-los para a vida em sociedade, dentro e fora da escola.

Desse modo, essa pesquisa reafirma que o uso do celular em sala de aula não deve ser tratado como uma ameaça, mas como uma possibilidade. Quando incorporado ao cotidiano escolar com objetivos claros, o celular pode se tornar um importante aliado na construção da autonomia dos estudantes, na ampliação do repertório cultural e na formação de sujeitos críticos, capazes de interagir com o mundo digital de maneira consciente e transformadora.

4. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, de abordagem qualitativa, voltada para a análise do tema “O impacto da restrição do uso do celular nas redes públicas de ensino: reflexões sobre a escassez de recursos para práticas de leitura e pesquisa”. A escolha desse tipo de metodologia fundamenta-se na necessidade de compreender, por meio de referenciais teóricos, as múltiplas dimensões que envolvem a utilização de dispositivos tecnológicos, especialmente o celular, no contexto escolar e suas implicações pedagógicas diante da limitação de recursos disponíveis.

De acordo com Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, o que possibilita ao pesquisador uma análise crítica e reflexiva sobre determinado fenômeno a partir das contribuições de diversos autores. Assim, esta investigação não se propôs à coleta de dados empíricos, mas sim à sistematização e interpretação de informações e estudos já existentes sobre a temática, a fim de promover uma reflexão teórica consistente.

A abordagem qualitativa foi adotada por compreender que o fenômeno estudado não pode ser reduzido a dados numéricos, mas exige uma interpretação que leve em conta os aspectos sociais, culturais e pedagógicos envolvidos. Conforme Minayo (2012, p. 22), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações e dos processos”. Dessa forma, buscou-se compreender de que modo as políticas de restrição do uso de celulares impactam as práticas de leitura e pesquisa, considerando o cenário de escassez de recursos tecnológicos em escolas públicas.

Para a construção do referencial teórico, foi realizado um levantamento de livros, artigos científicos, dissertações, legislações e documentos oficiais que abordam a integração das tecnologias digitais no ambiente escolar, o uso pedagógico do celular e os desafios enfrentados pela rede pública de ensino. Essa busca concentrou-se em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico, Scielo e periódicos da CAPES, priorizando produções publicadas entre os anos de 2010 e 2025, a fim de contemplar estudos recentes e relevantes para a discussão proposta.

A análise dos materiais selecionados foi conduzida de maneira interpretativa e descritiva, buscando identificar convergências e divergências nas abordagens dos autores, bem como compreender o contexto histórico, político e educacional em que surgem as discussões sobre o uso do celular nas escolas. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 178), esse tipo de análise visa “a identificação das contribuições teóricas existentes, a fim de fundamentar novas reflexões sobre o tema estudado”.

Portanto, a metodologia adotada possibilitou uma reflexão crítica acerca das políticas de restrição do uso do celular nas escolas públicas, considerando suas implicações sobre a formação dos estudantes e sobre as práticas de ensino que dependem de recursos tecnológicos. A pesquisa bibliográfica, nesse sentido, mostra-se essencial para compreender o fenômeno em uma perspectiva ampla e contextualizada, permitindo analisar as limitações estruturais e pedagógicas que dificultam o uso de tecnologias como ferramentas de leitura e pesquisa no ambiente escolar.

5. A PROIBIÇÃO SOBRE O USO DO CELULAR EM SALA DE AULA: ALGUMAS REFLEXÕES

A presença dos celulares em sala de aula tem gerado intensos debates no contexto educacional contemporâneo. De um lado, estão aqueles que defendem a proibição total do uso desses dispositivos durante as aulas, argumentando que se trata de uma ferramenta de distração constante. Do outro, há os que veem no celular um potencial aliado pedagógico, desde que seu uso seja orientado e bem delimitado. Ao refletir sobre essa problemática, é necessário considerar não apenas os aspectos disciplinares, mas também os pedagógicos e sociais envolvidos.

A proibição do uso do celular, em muitas instituições de ensino, surge como uma tentativa de garantir a concentração dos alunos, o respeito ao professor e a manutenção de um ambiente propício à aprendizagem. De fato, não são raros os relatos de estudantes que, ao utilizarem o celular de forma inadequada, perdem o foco das atividades, deixam de interagir com os colegas e comprometem seu próprio rendimento. Nesse sentido, a medida proibitiva pode ser compreendida como uma estratégia de controle, sobretudo em turmas onde o uso excessivo e indiscriminado do aparelho afeta diretamente a dinâmica da aula.

Entretanto, é preciso ponderar se a simples proibição resolve, de fato, os desafios que envolvem o uso do celular em sala. Em vez de banir completamente essa tecnologia, talvez o mais produtivo seja repensar formas de integrá-la ao processo de ensino-aprendizagem. O celular, enquanto dispositivo multifuncional, oferece acesso rápido a informações, aplicativos educacionais, plataformas de aprendizagem e recursos interativos que podem enriquecer o conteúdo trabalhado em aula. Quando bem direcionado, o uso do celular pode incentivar a autonomia dos estudantes, estimular a pesquisa e ampliar os horizontes da sala tradicional.

Além disso, a proibição rígida pode gerar resistência por parte dos alunos, dificultando o diálogo e a construção de uma relação de confiança entre professor e estudante. Em vez de criar um ambiente de vigilância, pode-se investir em uma cultura de uso consciente e responsável da tecnologia, promovendo discussões sobre limites, ética digital e o papel dos dispositivos móveis no cotidiano escolar.

Portanto, refletir sobre a proibição do uso do celular em sala de aula exige uma abordagem equilibrada. Não se trata de ignorar os prejuízos que o uso inadequado pode causar, mas de reconhecer que a tecnologia, quando bem utilizada, pode ser uma aliada importante na educação. Cabe à escola, aos professores e à comunidade

escolar como um todo discutir estratégias para transformar o celular em um recurso pedagógico, ao invés de uma ferramenta, de uso desnecessário sem cunho educativo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, torna-se evidente que a restrição do uso do celular nas redes públicas de ensino representa uma questão complexa e multifacetada, que ultrapassa o simples debate entre proibição e permissão. O estudo permitiu compreender que, embora a medida tenha surgido com o intuito de reduzir distrações e melhorar o rendimento escolar, sua aplicação desconsidera, muitas vezes, a realidade estrutural das escolas públicas brasileiras, marcadas pela carência de recursos tecnológicos e de espaços adequados para práticas de leitura e pesquisa.

As análises teóricas e as contribuições de autores como Freire (1996), Lévy (1999), Kenski (2012) e Moran (2015) reforçam a ideia de que o uso do celular, quando mediado pedagogicamente, pode tornar-se um importante aliado no processo de ensino e aprendizagem. O problema, portanto, não está na presença do dispositivo em sala de aula, mas na ausência de políticas e estratégias que orientem seu uso de forma crítica, ética e produtiva. Proibir o acesso a uma ferramenta que faz parte do cotidiano dos estudantes é, de certo modo, afastar a escola da realidade social e tecnológica na qual ela está inserida.

Constatou-se que o celular pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, sobretudo nas práticas de leitura e pesquisa, ampliando o acesso à informação e incentivando a construção do conhecimento de maneira mais ativa e participativa. No entanto, a pesquisa também evidenciou que o uso indiscriminado e sem acompanhamento pedagógico pode gerar dispersão, superficialidade e dependência digital, fatores que exigem uma mediação docente consistente e intencional.

Nesse sentido, a proibição total do celular não resolve os problemas educacionais existentes; pelo contrário, pode acentuar desigualdades, especialmente em contextos em que o aparelho é o único meio de acesso a materiais de leitura, pesquisa e informação atualizada. O desafio está, portanto, em encontrar o equilíbrio entre o uso responsável e a orientação pedagógica, transformando o celular em um instrumento de inclusão e aprendizado, e não em um obstáculo à formação intelectual dos alunos.

Outro aspecto relevante identificado é a necessidade urgente de investimentos públicos em infraestrutura escolar. A falta de bibliotecas atualizadas, laboratórios de informática e acesso à internet de qualidade reforça a dependência dos estudantes em relação aos dispositivos móveis. Assim, antes de restringir o uso dos celulares, é imprescindível que o poder público e as instituições educacionais ofereçam alternativas que garantam condições equitativas de aprendizagem e pesquisa.

As discussões apresentadas ao longo desta pesquisa indicam que a integração das tecnologias digitais ao ambiente escolar deve ser pautada em uma proposta pedagógica clara, voltada à formação crítica e cidadã dos estudantes. Para isso, é fundamental que os professores recebam formação continuada sobre o uso das tecnologias, compreendendo seu potencial educativo e aprendendo a utilizá-las como ferramentas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Como destaca Freire (1996), ensinar é criar possibilidades para a construção do conhecimento, e não simplesmente transferi-lo. Sob essa perspectiva, o celular pode ser incorporado como um recurso que desperta o interesse, estimula a investigação e fortalece o protagonismo discente.

Por fim, este estudo contribui para o debate contemporâneo sobre a relação entre tecnologia e educação, mostrando que a restrição do celular nas escolas públicas não deve ser entendida como uma solução definitiva, mas como um ponto de partida para repensar o papel das tecnologias na formação escolar. A educação do século XXI exige abertura para o diálogo, inovação e compromisso com a inclusão digital, reconhecendo que a tecnologia, quando bem utilizada, é um instrumento poderoso de democratização do conhecimento.

Em síntese, conclui-se que o desafio das escolas públicas brasileiras não está em proibir o uso do celular, mas em ressignificar seu papel dentro da prática educativa, de modo que ele contribua para a construção de saberes, para o estímulo à leitura e para o fortalecimento da pesquisa escolar. Somente assim será possível promover uma educação mais justa, crítica e condizente com as demandas da sociedade contemporânea.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2015.